



VI CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS
Entre Heranças e Emancipações: Desafios do Rural

16, 17 e 18 de Julho de 2015
Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL)

S. Nobre ^(a)

A. M. Carvalho ^(b)

A. M. Gerales ^(c)

A. Teixeira ^(d)

R. Mesquita ^(e)

Ruralidade, natureza e paisagem: caminhos, perceções e expectativas no caso da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo

Resumo/ Resumen (100 palavras)

A Albufeira do Azibo, Macedo de Cavaleiros, Trás-os-Montes, um projeto hidroagrícola dos anos 70, é desde 1992 uma área de Paisagem Protegida, parcialmente incluída no sítio Morais da Rede Natura 2000. Território onde se cruzam cultura local, património agroecológico, lazer e vivências diversas, constitui atualmente um dos principais polos de atração turística do Nordeste Transmontano.

A recolha e análise de informação diversa permitem perceber de que forma um projeto de intervenção agrícola, com impacto ambiental, social e económico importante, se transforma num valor natural protegido e num polo de atração agroturística inovador, conciliando interesses ecológicos, paisagísticos e de desenvolvimento rural.

Palavras chave: Património biocultural, paisagem protegida, desenvolvimento rural, Azibo

Rural, nature and landscape: insights, perceptions and expectations about the Protected Landscape of Albufeira do Azibo

Abstract

Azibo is a protected area (IUCN category V), partly integrated in the Morais Natura 2000 Site, in Macedo de Cavaleiros municipality, Northeastern Portugal. An agricultural dam project for irrigation from the seventies that have become an attracted protected landscape providing recreational and environmental activities in the area, being nowadays a major touristic pole of Trás-os Montes region.

Bringing together information from different sources, this paper analyses how a governmental agricultural intervention, with important environmental, economic and social impact, have evolved

(a) Centro Investigação de Montanha/Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, silvian@ipb.pt

(b) Centro Investigação de Montanha/Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, anacarv@ipb.pt

(c) Centro Investigação de Montanha/Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, geraldes@ipb.pt

(d) Centro Investigação de Montanha/Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Bragança, amilt@ipb.pt

(e) Centro de Informação Europe Direct de Bragança

into a protected natural with recognized natural, ecological and cultural values, combining agrotourism, innovation, landscape and rural development.

Keywords: Biocultural heritage, protected landscape, rural development, Azibo

O APROVEITAMENTO HIDROAGRÍCOLA DE MACEDO DE CAVALEIROS

O aproveitamento hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros está localizado em Trás-os-Montes, distrito de Bragança, ocupando parte dos concelhos de Macedo de Cavaleiros e de Mirandela e, à data, resultou de uma parceria entre o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e o Ministério da Agricultura. No projeto inicial este empreendimento beneficiaria uma área aproximada de 5300 hectares, que passaria a regime de regadio, «tendo como base o potencial hídrico acumulado na albufeira do Azibo, com cerca de 54,5 milhões de m³, conseguido pela construção de uma barragem de terra batida com 56 m de altura e 551 m de comprimento, aproximadamente a 1 km a Norte da aldeia de Vale da Porca» (IHERA, 1991.).

A construção da Barragem do Azibo iniciada em 1979 ficou concluída em 1983, incluindo a barragem, propriamente dita, a rede primária de rega, a estação de bombagem e as condutas elevatórias. O projeto inicial foi alargado em 1984/1981, fez-se nova redistribuição de blocos, e a água armazenada na albufeira destinava-se fundamentalmente a servir o plano de rega da baixa de Macedo, Salselas e Brinço e o abastecimento domiciliário às populações de Macedo e aldeias vizinhas. No entanto, a conclusão da rede secundária, inicialmente também prevista, foi-se atrasando tendo sido dada como concluída apenas em 2005 (IHERA, 1991.).

No início os objetivos do aproveitamento visavam essencialmente poder diversificar e intensificar a agricultura regional de modo a criar melhores perspectivas de desenvolvimento concretizáveis através do regadio. Pretendia-se contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento local, de modo a que este se pudesse estruturar em torno de um pólo de indústrias transformadoras de produtos agrícolas e da evolução do sector terciário, conseguindo por esta via, elevar os rendimentos da população residente bem como atrair a fixação de emigrantes que regressassem à região.

Uma das unidades de transformação de produtos agrícolas, à época já existente, era o Complexo Agroindustrial do Cachão e aspirava-se a que o aproveitamento hidroagrícola do Azibo conduzisse a uma reconversão da produção agrícola (sobretudo aumentando as culturas frutícolas

e hortícolas) de forma a responder também às necessidades e exigências daquele complexo agroindustrial que assim garantiria o escoamento da produção regional (Nascimento, 2000).

A disponibilidade de água, associada às características ecológicas da região, permitiria uma nova gama de cultivos, que implicariam profundas alterações nos sistemas de produção tradicionais. Nestes, a principal ocupação do solo eram os cereais que ocupavam entre 40% a 50% da área total, seguidos do olival, presente sobretudo nos terrenos de encosta e representando 20 a 30 % da ocupação do solo, e os lameiros, frequentemente nos solos de baixa, aproximando-se dos 20%. As hortícolas, com menor proporção, representavam no máximo 10% da área (CCRN,1991; Moreira, 1991; IHERA, 1991).

Por razões diversas que se prendem sobretudo com uma estrutura fundiária muito fragmentada, um elevado número de agricultores de pequena dimensão e de idade avançada, e pelas dificuldades de escoamento de novas produções, na ausência das indústrias transformadoras, na agricultura regional não ocorreram as transformações projetadas. Contava-se que a reconversão da produção agrícola se fizesse também com base nas necessidades de abastecimento do Complexo Agroindustrial do Cachão. Tal não se veio a verificar, ao que não terá sido alheio o facto de que quando o projeto de regadio se concretizou o Complexo do Cachão passava já por crises sucessivas de funcionamento (Nascimento, 2000). Apesar do aumento das áreas de regadio, não se verificou nem a intensificação das produções previstas, nem o concomitante consumo de água para rega previsto no projeto.

Assim, o regolfo criado mobilizou à sua volta uma grande diversidade de interesses paisagísticos, turísticos e económicos e simultaneamente proporcionou o enriquecimento gradual dos sistemas naturais adjacentes.

DA ALBUFEIRA À PAISAGEM PROTEGIDA DO AZIBO

A Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo ocupa 3281,7 hectares, a maior parte incluídos no concelho de Macedo de Cavaleiros, freguesias de Vale da Porca, Santa Combinha, Podence, Salselas, Vale de Prados e ainda a freguesia de Quintela de Lampaças do concelho de Bragança (ICNF, 2015a).

Foi criada pelo Decreto Regulamentar nº 13/99 de 3 de agosto, do Ministério do Ambiente, atendendo por um lado à importância que o governo da época atribuía ao papel das autarquias na

prosseção do desenvolvimento sustentável e de ações integradas de conservação da natureza, e por outro lado, ao princípio da Agenda XXI «pensar globalmente, agir localmente» (DR 13/99, 3 agosto).

Face à importância desta área como repositório de vegetação natural a nível nacional, à existência de espécies faunísticas ameaçadas e com estatuto de proteção, e ainda pelos aspetos técnico-científicos, culturais, históricos e paisagísticos, as possibilidades de promoção de atividades tradicionais e de salvaguarda e valorização do património natural e cultural, foi considerado um imperativo fazer da albufeira uma área a proteger, permitindo simultaneamente o seu usufruto às populações para fins de recreio e lazer. Para tal e dada sensibilidade desta área e os valores a preservar, era considerado essencial a aplicação de medidas de gestão que suportassem a sua proteção sem impedir a utilização, atribuindo-se a gestão desta paisagem protegida à Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros. O decreto define também os limites da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, como área protegida de âmbito regional (Figura 1), os órgãos de gestão, a sua composição, competências e funcionamento e estabelece um conjunto de normas relativas à fruição do espaço, como por exemplo, interdições previstas, atos e atividades sujeitas a autorização, contraordenações, sanções e coimas.

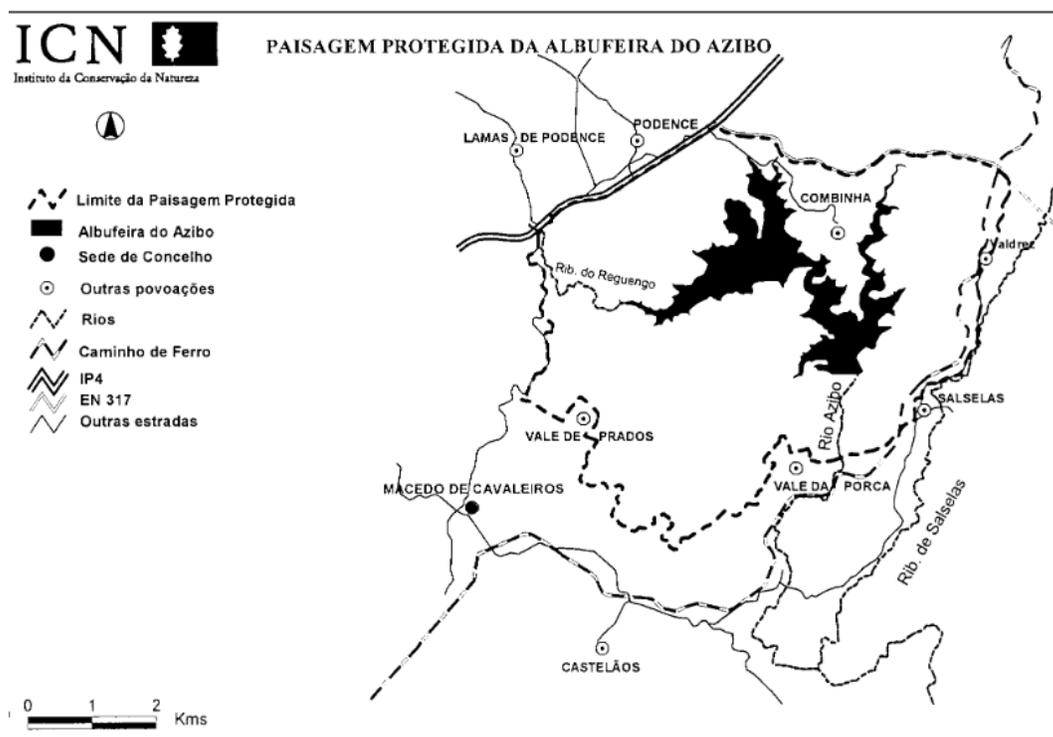


Figura 1 -. Limites da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo (DR 13/99, 3 agosto)

BIODIVERSIDADE E VALORES NATURAIS

Macedo de Cavaleiros é um concelho do Alto Trás-os-Montes com altitude média entre os 600 a 700 metros, tendo a norte a Serra de Nogueira, ao centro a de Ala e a do Cubo, a sul a Serra de Bornes e, a Este, o Monte de Morais. Uma parte deste território (24,4%) encontra-se classificado no Plano Sectorial da Rede NATURA 2000, a rede ecológica para o espaço da União Europeia, o principal instrumento para a conservação da natureza a nível europeu (ICNF, 2015a).

Na área da Albufeira do Azibo a paisagem constitui uma mostra interessante de vegetação mediterrânica e atlântica, coabitando no mesmo espaço carvalhos de folha persistente (azinheira e sobreiro) e de folha caduca (carvalho-cerquinho). Outra das particularidades desta zona é que 16% da sua área se encontra abrangida pelo Sítio de Morais (código 23 PTCON0023 da Rede NATURA 2000), território que corresponde a uma das maiores unidades contínuas de serpentinitos (solos de rochas metamórficas onde predominam minerais do tipo das serpentinas) em Portugal, onde se destacam interessantes singularidades botânicas e geológicas (ICNF, 2015a e 2015b).

Nas margens da Albufeira do Azibo dominam azinhais (azinheira, *Quercus rotundifolia* Lam.) e sobreirais (sobreiro, *Quercus suber* L.), considerados dos mais bem conservados de Trás-os-Montes. Associadas a estas espécies arbóreas existe um elenco florístico constituído por algumas espécies incluídas na Directiva Habitats, a gilbardeira (*Ruscus aculeatus* L.) e o narciso (*Narcissus triandrus* L.), espécies mais raras, como algumas orquídeas silvestres (*Dactylorhiza sambucina* (L.) Soó e *Limodorum abortivum* (L.) Sw.); outras mais vulgares, como a roseira-brava (*Rosa* sp.pl.), a madressilva (*Lonicera etrusca* Santi), a dedaleira (*Digitalis purpurea* L.) e a rosa-albardeira (*Paeonia broteri* Boiss. & Reut.).

Ainda em relação à flora, destacam-se também os zimbrais (*Juniperus oxycedrus* L.) e os bosques de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* Lam.), os matos de estevas (*Cistus ladanifer* L. e outras cistáceas), arçã (*Lavandula pedunculata* (Mill.) Cav.), trovisco (*Daphne gnidium* L.) e outras arbustivas, e as comunidades herbáceas onde podem surgir espécies típicas de rochas ultrabásicas como o plantago (*Plantago radicata* L.), a santolina (*Santolina semidentata* L.) e a cravelina-brava (*Dianthus laricifolius* Boiss. & Reut. ssp. *Marizii*). A par destas formações, nas zonas de maior intervenção antropomórfica, formam-se mosaicos de vegetação rasteira, lameiros, olival, vinha, parcelas agrícolas e pequenas hortas familiares.

Ao longo das três linhas de água que alimentam a barragem - o Rio Azibo (13Km), e as Ribeiras do Azibeiro (7,3Km) e do Reguengo (7,8Km) – prosperam galerias de vegetação ribeirinha dominada por amieiros (*Alnus glutinosa* (L.) Gaertn.) e freixos (*Fraxinus angustifolia* Vahl), ou por salgueiros-brancos (*Salix salviifolia* Brot.). Nas orlas dos bosques observam-se outras plantas com interesse medicinal, como o pilriteiro (*Crataegus monogyna* Jacq.) e o sabugueiro (*Sambucus nigra* L.). Nas zonas temporariamente encharcadas algumas plantas herbáceas como a saponária (*Saponaria officinalis* L.), o embude (*Oenanthe crocata* L.), a salgueirinha (*Lythrum salicaria* L.), os juncos (*Juncus* sp. pl. e *Scirpoides holoschoenus* (L.) Soják).

Na primavera e outono, encontram-se diferentes espécies de cogumelos silvestres, algumas de grande interesse ecológico, pela associação simbiótica que fazem com árvores e arbustos, e outras com valor gastronómico como a amanita-dos-césares (*Amanita caesarea* (Scop.) Pers.) e a trombeta-dos-mortos (*Cantharellus cornucopioides* (L.) Fr.).

As condições da área protegida propiciam a ocorrência de uma fauna variada, sobretudo aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes. Há notícia da presença de lobo e são facilmente visíveis os vestígios de raposa, javali, corço e lontra (PPAA, 2015).

Atendendo a presença da massa de água, várias espécies de aves fizeram da barragem zona de nidificação e de refúgio e de passagem durante os seus percursos migratórios. São frequentemente observáveis o mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus*), o mergulhão-pequeno (*Tachybaptus ruficollis*), o pato-real (*Anas platyrhynchos*), as garças (*Egretta garzetta*, *Ardea cinerea*, *Bubulcus ibis*) e cegonhas (*Ciconia ciconia* e *Ciconia nigra*), rapinas diurnas (e.g. águia-de-asa-redonda, *Buteo buteo*) e noturnas (e.g. mocho-galego, *Athene noctua*), e muitas outras espécies de passeriformes, de limícolas, columbiformes entre outras (PPAA, 2015).

A Albufeira do Azibo faz parte da bacia hidrográfica do Rio Sabor, que por sua vez faz parte da bacia do Douro. Estudos realizados nas bacias hidrográficas do Sabor e do Tua mostram que, por norma, os cursos de água destas bacias, possuem uma boa integridade biótica destacando-se entre a fauna piscícola nativa a truta-de-rio (*Salmo trutta*), espécie emblemática para a pesca desportiva e lúdica da região, e vários ciprinídeos endémicos, com elevado valor em termos de conservação, caso do escaló (*Squalius carolitertii*), barbo (*Luciobarbus bocagei*), boga (*Pseudochondrostoma duriense*) e bordalo (*Squalius alburnoides*). No entanto, na atualidade muitos ecossistemas aquáticos têm sofrido uma degradação assinalável como resultado da poluição da água, de

práticas agrícolas e florestais inadequadas, da extração de inertes, do corte exagerado da galeria ripícola, da sobrepesca e, mais recentemente, da regularização dos cursos de água. A Albufeira do Azibo não é uma exceção e por isso muito da sua fauna piscícola tem sofrido importantes alterações (Teixeira, 2011).

PATRIMÓNIO AGRÍCOLA E CULTURAL

Macedo de Cavaleiros é um concelho com características agroecológicas que resultam do seu território se encontrar maioritariamente na zona de transição entre a Terra-Fria (invernos frios e prolongados, verões curtos, geadas de outubro a maio, precipitação superior a 1200mm) e a Terra-Quente (invernos mais suaves e menos prolongados, geadas de novembro a março, verões quentes e secos, precipitação inferior a 1200mm) (Gonçalves, 1991 e 2004).

As condições bioclimáticas desta Terra de Transição (Gonçalves, 1991) são responsáveis pelo uso do solo e propiciaram o desenvolvimento de atividades ligadas à floresta, à silvopastorícia e à agricultura, nomeadamente a produção de vinho, cereais, carne de bovino, ovino e caprino, lacticínios, azeite e castanha. O sector primário desempenhou e desempenha um papel importante na economia regional, acentuando assim o carácter marcadamente rural de toda esta região.

Ponto estratégico (dada a existência de um nó ferroviário até à década de noventa) e encruzilhada de vias de comunicação do Nordeste Transmontano durante o século XX, o território de Macedo de Cavaleiros é um espaço rural onde se cruzaram gentes e culturas vindas do norte e do sul. Em muitas das suas aldeias (Podence, Salselas, Vale da Porca) há uma rica tradição etnográfica e importantes testemunhos arqueológicos, para além do interesse histórico e artístico do seu património arquitetónico, em particular de cariz religioso.

POTENCIALIDADES DA PAISAGEM PROTEGIDA DA ALBUFEIRA DO AZIBO

Para além de todo o acervo natural e paisagístico, a Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo tem disponíveis diversos espaços atrativos para os potenciais visitantes e utentes. Nos últimos anos foram limitadas áreas específicas para lazer (Decreto Regulamentar N°13/99 de 3 de Agosto, artigo 11º), construídos equipamentos e infraestruturas que possibilitam a realização de atividades de recreio, desportivas, culturais, de educação ambiental, de contacto com a natureza, e aproximação ao mundo rural.

Destacam-se as duas praias fluviais, uma delas, desde há anos, distinguida com a Bandeira Azul pela FEE (Foundation for Environmental Education). Esta prerrogativa, de grande prestígio nacional e internacional, corresponde ao cumprimento de um conjunto de requisitos de qualidade ambiental, segurança, bem-estar, de infraestruturas de apoio, e de informação aos utentes e sensibilização ambiental. Para além disso, acumula também o galardão de Praia Acessível, pela facilidade de acesso à praia de pessoas com mobilidade condicionada e preocupação com o seu bem-estar (PPAA, 2015). A candidatura ao Programa Praia Acessível - Praia para Todos! (INR, 2015) é anual e implica o cumprimento de determinados requisitos, tais como: acesso pedonal fácil, estacionamento ordenado, presença de nadador-salvador, percursos acessíveis à zona de banhos, instalações sanitárias adaptadas, entre outros.

As infraestruturas incluem restaurante e bares de apoio, piscinas e equipamentos flutuantes, pavilhão de apoio a desportos náuticos não motorizados, campos de jogos, parque infantil, parque de merendas, sanitários, pontos de água e de recolha diferenciada de resíduos, ancoradouro.

O Núcleo Central da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo, onde se encontra um auditório com 50 lugares e a Sala-Museu de Arqueologia, o Centro de Interpretação, um Pavilhão Multiusos com acesso à internet, os postos de observação de aves, os cinco trilhos pedestres e a ciclovia do Azibo, são importantes equipamentos que permitem atividades desportivas e de turismo da natureza, tanto orientadas como livres, e ações de formação e divulgação quer de âmbito científico como de âmbito geral.

A circundar a albufeira as aldeias de Santa Combinha, Salselas, Vale de Prados, Vale da Porca, e Podence são exemplos de antigas comunidades rurais, hoje em dia padecendo do envelhecimento populacional e do abandono de atividades tradicionais, mas onde ainda se pressentem os traços de uma sociedade rural, onde a pecuária, cerealicultura e a hortifruticultura de pequena dimensão dominaram. Estes resquícios de mundo rural, associados às experiências e lembranças dos mais velhos, podem constituir, pontos de partida essenciais para o registo do conhecimento ecológico local, património imaterial que urge recolher e conservar para memória futura.

Na zona abrangida pela paisagem protegida estão em funcionamento sete espaços museológicos, há registo de pelo menos quinze pontos de interesse artístico religioso, incluindo dois santuários, de vários exemplos de património arquitetónico relevante (pelourinhos, solares, igrejas, capelas e casas agrícolas), de cinco sítios arqueológicos visitáveis (CM Macedo Cavaleiros, 2015).

Ao longo do ano são promovidos eventos desportivos, alguns já de notoriedade nacional, (e.g. Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, Prova de BTT Azibo 2014), e realizam-se diversos eventos (feiras, festivais e mostras) com calendário marcado que reúnem um grande número de participantes, como por exemplo, a Feira do Azeite e da Caça, o Entrudo Chocalheiro, o Festival Rural, entre outros (CM Macedo Cavaleiros, 2015).

PAISAGEM PROTEGIDA DO AZIBO: PERCEÇÕES E EXPECTATIVAS DOS UTENTES

O conhecimento das perceções e expectativas dos utilizadores é uma contribuição importante para a gestão do espaço e implementação de medidas eficazes de sustentabilidade e desenvolvimento. Nesse sentido, recorrendo a inquirição formal realizada no mês de julho de 2009 foram entrevistados 150 utilizadores das diferentes áreas da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo. Os participantes foram escolhidos aleatoriamente e convidados a participar no estudo quando se dirigiam para os vários locais de lazer. A todos foi explicado o objetivo da inquirição e consensualmente todos acederam a responder e deram autorização verbal para a divulgação dos respetivos resultados, de acordo com os princípios do consentimento livre, prévio e informado.

O formulário de inquirição resultou de um trabalho académico realizado por alunos de um curso profissional e estava dividido em duas partes: a primeira recolhia as características socioeconómicas dos respondentes (idade, género, escolaridade, ocupação profissional, residência) e a segunda indagava o tipo de atividades desenvolvidas, o nível de fruição do espaço, o conhecimento das normas de utilização (presença de canídeos, por exemplo), a motivação e o grau de satisfação. O conjunto de perguntas era relativamente simples, maioritariamente de resposta direta e fechada, algumas vezes recorrendo a respostas dicotómicas e a multiopções, dando espaço no final a sugestões através de duas questões abertas.

Perfil dos utilizadores entrevistados

Do total de participantes na inquirição cerca de 60% são mulheres, maioritariamente adultas (70% com idade compreendida entre os 19 e os 55 anos) e profissionalmente ativas (48%). Quanto aos homens, 85% encontra-se na mesma faixa etária da maioria das mulheres (19-55) e 60% na vida ativa. Proporcionalmente, houve mais jovens (30%) e estudantes (43%) do sexo feminino a participarem do que do sexo masculino (respetivamente, 8% menores 18 anos e 27% de estudantes).

A distância percorrida pela maior parte dos entrevistados é inferior a 30km (76%), contudo alguns dos utentes realizaram percursos entre 30 e 100km (21%) e poucos fizeram viagens superiores a 100 km (3%). Para chegar à Albufeira do Azibo, muito poucos respondentes se deslocaram a pé ou de bicicleta (4%); a grande maioria utilizou veículos motorizados para as suas deslocações, 9,3 % mota, sobretudo para curtas distâncias e 79% o carro para trajetos curtos, médios e longos.

Motivação e fruição do espaço

De acordo com os inquiridos, a principal motivação para a visita e permanência no espaço da Albufeira do Azibo reparte-se pelos seguintes tópicos: (i) convívio com familiares e amigos (41% do total); (ii) atividades na água e banhos de sol (35%); (iii) pesca desportiva (13%); (iv) paisagem e natureza (11%).

As principais atividades que gostam de realizar são: as aquáticas (73% do total inquirido), que incluem, banho, nadar e uso dos equipamentos balneares; a canoagem (10%) e a pesca desportiva (6%).

Considerando toda a oferta desportiva, cultural e de equipamentos e infraestruturas anteriormente descritas, são poucos os respondentes que frequentam as aldeias tradicionais e contactam com os habitantes locais (30%), visitam os museus e o centro de interpretação (25%), e aqueles que alguma vez percorreram os trilhos pedonais correspondem apenas a 38%. Contudo a maioria (71%) é utilizador do parque de merendas, o que é coerente com a principal motivação identificada.

Não se verificaram diferenças significativas entre homens e mulheres e por faixas etárias relativamente a estas questões gerais. A percentagem de não respostas a estas questões foi de 8%. No entanto, a canoagem foi sobretudo referida por mulheres entre os 18 e os 35 anos, estudantes ou técnicas superiores; a pesca por homens dos 35 aos 55 anos, com atividade profissional variada. Outros desportos como escalada, ou corrida de orientação foram somente mencionados por mulheres jovens (18-35 anos).

O questionário não contemplava questões sobre normas de conduta num espaço protegido, mas apesar disso tinha três perguntas sobre a posse e o acesso ao espaço de animais domésticos, nomeadamente canídeos, visto que na zona fluvial a sua presença está interdita. Cerca de metade dos inquiridos disse que não tinha animais domésticos (53%), dos restantes, só duas pessoas

possuidoras de cães, afirmaram que os levavam habitualmente para a praia. No total, apenas 7% dos inquiridos desconhecia a proibição de animais nas praias e curiosamente todos são donos de cães.

O que mais atrai os visitantes e grau de satisfação

No final da aplicação do formulário de inquirição, aproximadamente metade dos indivíduos, 58% do sexo masculino e 39% feminino, não foi capaz de explicitar o que mais atrai na Albufeira do Azibo. As ideias propostas por alguns dos inquiridos pareceram demasiado formatadas com a divulgação feita pelas entidades municipais e de turismo local. Assim sendo, dentro dos que responderam, a paisagem e a gastronomia parecem ser os pontos de maior atração para frequentar o local. A arqueologia foi o aspeto particular ressaltado, mais uma vez, maioritariamente por jovens mulheres (11 indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 55 anos), sobretudo estudantes ou com profissão associada à frequência do ensino secundário e superior.

Relativamente ao grau de satisfação uma boa parte (49%) dos utentes não soube ou não quis responder. A percentagem de utilizadores satisfeitos (31%) é, contudo, superior aos que se mostraram algo descontentes (20%).

O que mais agrada aos visitantes é tudo em geral, incluindo a paisagem, a água, o espaço em si. O desagrado foi manifestado considerando sobretudo aspetos relacionados com o tipo e quantidade de areia, a presença de vegetação (“ervas, algas”) tanto nas margens como na água, o nível de limpeza das praias e das zonas envolventes, a impossibilidade de acampar e o estacionamento sem sombra.

Dado o número de entrevistados que não respondeu a estas duas últimas questões (satisfação 49%; atração 47%), admite-se que o questionário poderia ser demasiado extenso, provocando algum cansaço nos respondentes ou que essas questões não estavam formuladas da melhor maneira.

Sugestões dos utentes

Convidados a propor sugestões 29% do total de inquiridos selecionaram as seguintes atividades, enumeradas atendendo ao maior número de opiniões sobre o mesmo tópico: (i) aulas de aeróbica, ginástica e dança; (ii) campeonatos e treino de modalidades desportivas, por exemplo voleibol e futebol; (iii) campismo; (iv) desportos náuticos motorizados; (v) festivais e eventos musicais; (vi)

concursos de pesca desportiva; (vii) percursos pedestres e passeios de burro; (viii) outras atividades, tais como equitação, parkour, paintball, tiro aos pratos.

Visto que a inquirição decorreu em 2009, algumas destas sugestões já se encontram ultrapassadas tendo em atenção as potencialidades descritas num ponto anterior. Outras estão claramente interditas pela regulamentação das áreas protegidas, como por exemplo o uso de veículos motorizados na água e nas margens, a prática de campismo e todas as atividades que provoquem ruído excessivo e causem impactos que ponham em risco a qualidade do espaço, da água e dos habitats e seus habitantes.

Saliente-se que 38% do total dos entrevistados não quis emitir qualquer opinião e que 23% não sentiu necessidade de fazer qualquer sugestão em particular, mas comentou “está tudo bem assim!”.

AGRICULTURA, LAZER, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E PATRIMÓNIO NATURAL

No ponto inicial deste texto fez-se a traço largo a história da construção da barragem do Azibo, dos propósitos iniciais previstos para a utilização do armazenamento de água, aos diferentes usos e benefícios que a albufeira e a presença do grande espelho de água trouxeram. De facto, o objetivo inicial - o desenvolvimento e intensificação da produção agrícola a ser transformada ainda dentro da região de Trás-os-Montes - não ocorreu na proporção esperada. Houve aumento das áreas regadas bem como do número de regantes, mas não uma total transformação dos sistemas de produção agrícola (Nascimento, 2000). Verificaram-se algumas alterações nas culturas tradicionalmente praticadas (diminuição da áreas de cereal, aumento das áreas de hortícolas e de olival de regadio), mas mesmo estas mudanças não são totalmente imputáveis à hipótese conferida pela possibilidade de rega.

Como a água é utilizada de forma pouco intensa, as flutuações do nível da barragem são praticamente inexistentes. Consequentemente, esta albufeira apresenta um comportamento e uma dinâmica semelhantes a um lago natural, o que a torna um caso único no país. Neste contexto foi possível a criação da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo com o propósito de conservar todo o acervo natural e paisagístico deste espaço, e potenciar o seu uso múltiplo. A Albufeira do Azibo, bem como a bacia onde se insere, além do seu uso agrícola, tem potencialidades para o

desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo de natureza e rural, que aliás estão como se viu já em andamento.

Mas a modificação substancial dos habitats aquáticos naturais decorrente da construção de barragens e extensas albufeiras associadas tem contribuído para alterações profundas na composição florística e faunística das áreas afetadas. Na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo tem-se, paulatinamente, assistido à redução/desaparecimento de espécies piscícolas autóctones e sua substituição por espécies exóticas, algumas delas com carácter invasor. De facto, entre as espécies introduzidas podem citar-se o achigã, o lúcio (*Esox lucius*), a carpa (*Cyprinus carpio*), a perca-sol (*Lepomis gibbosus*), o peixe-mosquito (*Gambusia holbrooki*), o góbio (*Gobio lozanoi*) e o alburno (*Alburnus alburnus*). Apesar do constrangimento decorrente do desaparecimento de espécies nativas, esta área apresenta um potencial enorme, caso a gestão e ordenamento desta massa hídrica possa servir, de forma integrada e sustentável, para o desenvolvimento das diferentes atividades preconizadas, nomeadamente as ligadas ao lazer (Teixeira, 2011).

Todas as atividades, tanto as de carácter agrícola, como de turismo da natureza, de lazer, e de educação ambiental dependem da qualidade ambiental e do bom estado ecológico da albufeira e das áreas limítrofes, e em primeira instância da regulação do consumo/nível de armazenamento de água e da manutenção dos habitats.

ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO DOS ESPAÇOS RURAIS

No entanto, para que se possa compreender bem a dinâmica desta albufeira e assim ser possível implementar práticas de gestão corretas que permitam a sua utilização sustentável e a manutenção da sua integridade ecológica é necessário ampliar e desenvolver linhas de investigação multidisciplinares que possibilitem diferentes aproximações, nomeadamente identificar os ótimos ambientais das comunidades aquáticas e das suas respostas às perturbações, quer de origem natural quer humana.

Assim sendo, é indispensável: (i) calcular taxas de erosão e capacidade de retenção dos solos localizados na bacia desta albufeira, evitando escorrimentos de materiais e acumulação de sedimentos; (ii) determinar as quantidades reais de nutrientes (P e N) que entram na albufeira e quais são as suas taxas de sedimentação, controlando deste modo a eutrofização da água; (iii)

prever a resposta das comunidades aquáticas (plâncton, macro-invertebrados e peixes) às alterações nos processos estruturantes da paisagem (e.g. padrões climáticos, precipitação, ocupação do solo) e assim aferir de forma expedita alterações na qualidade ambiental; (iv) determinar qual a capacidade de suporte da albufeira em termos de afluência de turistas, banhistas, atividades aquática e pescadores desportivos; (v), em suma, monitorizar regularmente a integridade ambiental da albufeira, porque apenas séries longas de dados geram o conhecimento que facilita a implementação de medidas minimizadoras de impactos, a correção de medidas inadequadas ou a aplicação de novas estratégias de gestão (Geraldes, 2004).

É também fundamental um levantamento atual das atividades agrícolas associadas ao regadio na zona. A atualização da informação acerca da tendência das produções do regadio, das práticas culturais associadas, bem como do escoamento comercial dos produtos, são imprescindíveis para se compreender se os limites de segurança do ponto vista ambiental estão em consonância com os propósitos dos produtores agrícolas. O conhecimento e a compreensão dos atuais canais de comercialização, bem como as perspetivas da sua evolução num futuro próximo, podem dar indicações importantes acerca da provável evolução da área regada.

A manutenção da qualidade ambiental da Albufeira do Azibo não depende só de investigação científica e da capacidade de elaboração de bons planos de gestão e de ordenamento do território por parte das autoridades competentes, depende também do comportamento de todos os utentes e em particular dos residentes na área de influência da barragem. Nessa medida é fundamental conseguir a participação ativa das partes interessadas em todas as fases de identificação e gestão de potenciais conflitos.

Por outro lado, a educação e formação ambiental são abordagens fundamentais. As entidades responsáveis devem promover diversas ações dirigidas e adaptadas a diferentes públicos-alvo com vista à sensibilização e informação sobre o espaço da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e as normas de conduta necessárias à manutenção das características e qualidade da barragem e zonas circundantes. Essas ações devem incluir, educação ambiental em geral, educação do consumidor/utente, formação e treino dos operadores turísticos e dos agentes municipais, sensibilização e formação de parceiros políticos, gestores e legisladores, assim como procurar incentivos financeiros e o planeamento integrado de atividades e infraestruturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi um estudo preliminar que se encontra em fase de expansão, dado que entretanto foram realizadas melhorias estruturais nos limites e área circundante da Albufeira do Azibo e que se estima que o número de visitantes entre 2009 e 2015 tenha aumentado, mas sobretudo que o tipo de utentes e da sua motivação se tenha alterado. Isto é, dada a oferta de diferentes áreas de fruição (praia convencional, praia selvagem, cais) e de atividades variadas de lazer e turismo ambiental é possível que o típico e maioritário visitante “domingueiro, merendeiro e barulhento” tenha perdido destaque e dado lugar a um conjunto diversificado de utilizadores, concretamente a visitantes ocasionais e a aficionados da natureza.

Como se observou, os valores naturais podem constituir uma forma de dinamizar e trazer novos agentes e atores para o sector do turismo rural e da natureza e, simultaneamente, aumentar e diversificar a oferta turística da região (e.g. turismo ligado à pesca lúdica e desportiva) e contribuir assim para a economia local.

A existência de uma estratégia de valorização do potencial piscícola da Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo e dos rios situados na proximidade deverá estar integrada na diversificação da oferta de bens e serviços que rodeiam este espaço, maximizando as funções protetoras (ambiente) e sociais (lazer/fruição pelas populações) para além de promover a valorização de recursos endógenos e a sustentabilidade dos territórios rurais.

É também da maior importância que os múltiplos empreendimentos associados à atividade turística de fruição da natureza (já existentes e a constituir) possam ser enquadrados e formados no propósito geral da melhor gestão sustentada deste território. Do ponto de vista da oferta turística será também importante uma concertação entre as várias atividades turísticas propostas, de forma a possibilitar ao visitante uma melhor, mais variada e mais longa estadia na região.

Por último, há que não descurar o interesse da agricultura regional e todas as questões socioeconómicas associadas aos produtores agrícolas e às populações residentes nas aldeias circundantes.

BIBLIOGRAFIA

CCRN (1991), Plano de Ordenamento da Albufeira do Azibo.

CM Macedo Cavaleiros (2015), O município de Macedo de Cavaleiros. Disponível em <http://www.cm-macedodecavaleiros.pt>, [consultado em 31-03-2015].

Geraldes, A M & M J Boavida (2004), What factors affect the pelagic cladocerans of the meso-eutrophic Azibo reservoir? *Ann. Limnol. – Int. J. Lim.* 40: 101-111

Gonçalves, D. A. (1991), *Terra Quente – Terra Fria* (1ª aproximação). Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

Gonçalves, D. A. (2004), Aspectos gerais do clima de Trás-os-Montes. In *Viagens Técnico-científicas: 7-10*. I Congresso Ibérico de Ciência do Solo. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.

ICNF (2015a), Rede Natura 2000. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/rn-pt/rn-PT>. [consultado em 31-03-2015].

ICNF (2015b), Paisagem Protegida do Azibo. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ap/amb-reg-loc/pp-albuf-azibo>, [consultado em 31-03-2015].

Instituto de Hidráulica, Engenharia Rural e Ambiente (IHERA) (1991), *Aproveitamento Hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros*. Disponível em: http://sir.dgadr.pt/conteudos/regadios/outra_inf_relevante/reg_Exploracao2011/Norte/Macedo_monografia.pdf, [consultado em 31-03-2015].

INR (2015), *Praia Acessível - Praia para Todos!* Disponível em <http://www.inr.pt/content/1/17/prai-a-cessivel-prai-a-para-todos> [consultado em 31-03-2015].

Moreira, Manuel (1991), *Caracterização do Bloco de Cortiços- Aproveitamento hidroagrícola de Macedo de Cavaleiros-*. Trabalho de fim de curso de Melhoramentos Rurais. Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança.

Nascimento, H. (2000), *Agricultura e Ambiente nas áreas de regadio de Gostei e Azibo (Trás-os-Montes)* in *Revista da Faculdade de letras- Geografia II série vol .XV/XVI*, Porto, pp.19-48

PPAA (2015), *Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo: Fauna*. Disponível em <http://www.azibo.org/intro.html>, [consultado em 31-03-2015].

Teixeira A. (2011), *Recursos aquícolas autóctones do norte de Portugal: principais ameaças e desafios à conservação*. In *III Congresso da Fauna Selvagem*. Vila-Real: UTAD.



VI CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

Entre Heranças e Emancipações: Desafios do Rural

CERTIFICADO

Certifica-se que a comunicação: **Ruralidade, natureza e paisagem: caminhos, percepções e expectativas no caso da paisagem protegida da Albufeira do Azibo**, de que são autores Sílvia Nobre, Ana Maria Carvalho, Ana Maria Gerales, Amílcar Teixeira e Regina Maria Mesquita foi apresentada no *VI Congresso de Estudos Rurais. Entre Heranças e Emancipações: Desafios do Rural*, realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre os dias 16 e 18 de Julho de 2015.

A Comissão Organizadora:

(Dulce Freire)



U LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA



IGOT
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CEG

ISCTE IUL

Instituto Universitário de Lisboa

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
UID/SOC/50013/20